V

Uma teoria para a prática comunista

Levantamos até aqui uma série de desafios que confrontam a retomada do movimento comunista hoje. Dentre eles, destaca-se a dificuldade de redefinirmos o que significa ser comunista à luz do fim de certas expectativas sobre os atalhos que a luta revolucionária poderia encontrar nas tendências inerentes ao próprio capitalismo global. Enfatizamos a importância renovada de práticas de composição política, voltadas para a construção de articulações concretas entre diferentes frentes de luta, em um contexto de periferização do mundo e das esquerdas – isto é, em um momento histórico em que o capitalismo parece reconciliar-se com suas origens, abandonando qualquer processo de organização da vida dos trabalhadores além do necessário para garantir a organização dos circuitos do capital.

Para argumentar a favor dessa abordagem, discutimos os efeitos da periferização sobre as organizações de esquerda – tanto aquelas que permanecem aderidas a um ideal histórico ultrapassado, quanto aquelas que enfrentam diretamente a fragmentação do terreno social. Em termos resumidos, posicionamo-nos contra qualquer expectativa de unificação espontânea das lutas proletárias, apontando dinâmicas como a vulgarização, a saturação e a autofagia, além de destacar alguns dos impasses decorrentes da multiplicidade inerente de lutas e forças políticas que compõe o capitalismo periférico. Entre esses impasses, ressaltamos: a necessidade de reconhecer quando a pluralidade expressa fraturas estruturais no capitalismo, os desafios que a ecologia política e a divergência entre os ambientes das organizações apresentam para a ação e a estratégia, assim como a demanda de que as organizações aprendam a responder à crescente tensão entre vida social e política de seus militantes. De modo geral, apresentamos um quadro histórico em que toda unificação e articulação política se torna mais trabalhosa – ao mesmo tempo em que se torna ainda mais necessária. E isso certamente tem efeitos sobre o processo de teorização e compreensão da realidade.

Na nossa discussão inicial do *Manifesto do Partido Comunista*, mencionamos que uma das dificuldades em reconhecer as tarefas práticas dos comunistas, enquanto militantes preocupados com "os interesses comuns do movimento proletário como um todo", é justamente o modo como a análise do capitalismo proposta por Marx e Engels oferece um caminho puramente teórico para reconhecer esses interesses. Em outras palavras, se existisse, de fato, um efeito colateral necessário de todo progresso industrial, capaz de preparar o terreno para as forças revolucionárias à medida que reorganiza as forças produtivas, seria muito mais conveniente que os comunistas adquirissem uma compreensão teórica das dinâmicas fundamentais do capitalismo. Isso permitiria antecipar os descaminhos do capital e apontar a direção que diferentes frentes de luta precisam assumir para constituírem um movimento revolucionário internacionalizado. A vanguarda, enquanto categoria de militantes que enxergaria "mais à frente" e, por isso, dispõe de melhores ferramentas para dirigir os processos de luta, manteria assim uma relação muito particular com a teoria – e, em especial, com a crítica da economia política, concebida como a base científica da nossa compreensão dos movimentos do capitalismo.

Em contraponto a essa concepção vanguardista dos comunistas, sugerimos que, uma vez eliminada a hipótese de uma convergência espontânea entre as lutas proletárias, torna-se evidente que a verdadeira posição dos comunistas não é a de olhar à frente, mas a de *olhar para os lados*. A prática comunista orienta-se pelo esforço de se deslocar entre organizações e movimentos políticos, sempre atentos à sua articulação e aos elementos comuns que surgem de dentro dos processos de luta. Mas, se a teoria comunista não serviria mais para antecipar as tendências unificadoras de uma subjetividade revolucionária, qual poderia ser o seu papel?

Notemos de saída que a tese da periferização — ao afirmar que não há uma força inerente ao capitalismo capaz de unificar as experiências e interesses dos trabalhadores — não implica que seria impossível construir um olhar teórico sobre a nossa realidade social. A periferização não sustenta que cada pessoa viveria em

uma realidade particular, nem que inexistiriam leis e dinâmicas próprias ao capitalismo e à sociabilidade periférica como um todo. Defende, apenas, que essas estruturas podem ser mais complexas e diversas do que se supunha, permitindo um grau muito maior de diversidade entre os ambientes sociais e as experiências do proletariado. Assim, teorias que tendem a nivelar tais experiências, ou que desconsideram essas especificidades, acabam por se tornar politicamente inúteis. Acontece que, como vimos, essa mudança aparentemente pequena tem consequências para a função da teoria na estratégia comunista – a começar pelo fato de que essa teoria pode deixar de lado a ambição megalomaníaca de explicar a derrocada do capitalismo global, para focar, antes, nas condições de exercício de uma prática específica: a prática comunista de investigação e articulação de diferentes lutas.

Porém, se levarmos a sério as teses de que não haveria essa convergência espontânea entre as lutas e de que o terreno social das lutas políticas hoje é estruturalmente fragmentado, impõem-se alguns requisitos bastantes severos para uma nova teoria da prática comunista. Em primeiro lugar, essa teoria precisa dispor de meios para reconhecer como diferentes fragmentos sociais no capitalismo periférico podem levar ao surgimento de lutas cujas formas de organização e pensamento estratégico são potencialmente incompatíveis entre si. Ao mesmo tempo, dado que a prática comunista visa tecer e compor essas diferentes frentes políticas, nossa teoria deve também oferecer meios para reconhecer – caso existam – os pontos em comum entre diferentes formas organizacionais, articulações que poderiam levar à construção de uma "colcha de retalhos" política maior e mais consistente. Esses requisitos sugerem, portanto, a construção de um quadro teórico bem diferente daquele a que estamos acostumados.

Antes de mais nada, nossa teoria não poderia manter a separação tradicional entre a crítica da economia política – fonte de todas as principais categorias usadas para analisar o capitalismo – e a teoria da organização política – a partir da qual pensamos nossas ações coletivas. Se a costura entre diferentes processos políticos demanda compreender como diferentes fragmentos sociais influem na

forma da luta, então precisamos ser capazes de transitar entre uma análise desse terreno social e uma discussão das formas de organização que nele se desenvolvem. Sem esse tipo de trânsito entre economia e organização, também permaneceria impossível avaliar de que maneira cada processo político responde às contradições entre a reprodução e a transformação da vida, mencionadas no capítulo anterior.

Uma segunda diferença importante entre a teoria da prática comunista e as formas mais tradicionais de teorização política está no seu ponto de partida. Ao invés de partir de uma teoria da estrutura do capitalismo – daquilo que confrontaria todos os trabalhadores de forma parecida –, precisamos de flexibilidade em nossa teoria para acompanhar as diferentes maneiras pelas quais essa estrutura se apresenta em cada contexto social. Essa flexibilidade implica que mais aspectos da situação dos trabalhadores devem ser apreendidos a partir dessa realidade diversa do que uma teoria geral do capitalismo poderia oferecer diretamente. Mas se o conteúdo de nossa teoria precisa emergir das próprias lutas, nem por isso podemos partir do vazio. Precisamos de algumas determinações fundamentais para poder investigar a realidade sem nos fixarmos nas aparências imediatas – e, ao mesmo tempo, sem que essas balizas substituam ou deformem as investigações concretas, realizadas caso a caso. Esses conceitos devem servir antes como a base de perguntas que orientam a investigação, facilitando a consideração dos desafios que a periferização coloca às lutas e evitando que tomemos uma experiência política particular como modelo geral de todas as situações. Nesse sentido, a "teoria social" que uma prática comunista requer não é tanto uma teoria da realidade social, mas uma teoria de como investigar a realidade social e política.

Acontece que esse esforço de contextualizar estruturas sociais, no campo teórico, produz um efeito curioso: quanto maior a diversidade dos fenômenos que queremos analisar, mais abstrata precisa ser a teoria geral que utilizamos. Faça o teste: crie uma lista de diferentes objetos – quanto mais variada essa lista, incluindo animais, ideias, sonhos, objetos, etc., mais abstrata será a resposta à pergunta "o que tudo isso tem em comum?". Da mesma maneira, nossa teoria precisa incluir

em sua lista de processos políticos a diferença entre lutas no campo e na cidade, nas periferias e nos centros urbanos, em países periféricos e desenvolvidos, e assim por diante. Uma solução mais tradicional seria selecionar dois ou três exemplos como paradigmas da luta em geral e, a partir deles, comparar o resto da lista. No caso do exemplo acima, seria como ter uma lista que inclui vários animais – gato, cachorro, galinha, rato, inseto – e definir que o cachorro é que é o "verdadeiro animal", de modo que gatos são "cachorros que bebem leite" e galinhas são "cachorros que botam ovos". Mas, se queremos realmente diferenciar os animais, precisamos de conceitos abstratos, como "mamífero", "anfíbio" etc. Do mesmo modo, se queremos levar a sério as diferenças entre as lutas e, ao mesmo tempo, descobrir o que elas podem ter em comum, precisamos de conceitos mais abstratos do que estamos acostumados quando falamos em luta de classes, partidos, sindicatos etc – o que não significa que esses elementos não tenham lugar em nossa análise.

Finalmente, nossa teoria da prática comunista também precisaria romper com a concepção tradicional de teoria em outro ponto importante. Não se trata apenas de avaliar ou descrever como cada luta política está enraizada em condições e contextos sociais diferentes; é preciso reconhecer que somente a partir da realidade de cada uma dessas frentes de luta poderão surgir os meios de articulação efetiva entre elas. Essa é uma consequência direta de admitirmos que não existe uma tendência oculta que a teoria poderia descobrir e, depois, trazer para dentro de diferentes processos políticos. Na ausência de tal atalho, todo o material concreto a partir do qual articulações e pontes comuns poderiam ser construídas deve estar contido nas próprias organizações e lutas concretas. Não faz sentido esperar que pessoas que estudam a realidade da política revolucionária tenham condição política ou intelectual de contribuir, a partir de suas próprias cabeças, com a direção estratégica dessa tecelagem comum. As razões para que haja qualquer articulação, seus termos e as condições de sua efetividade vêm de dentro dos próprios movimentos. Ou seja, não se trata apenas de descrever uma realidade política múltipla, mas de reconhecer que as diferentes formas de luta também prescrevem algo sobre a realidade e sobre os meios de sua

transformação, indicando inclusive os caminhos possíveis para a composição comunista. O objeto da nossa teoria, portanto, não é a realidade social "bruta", mas a realidade social tal como concebida pelos diferentes movimentos políticos envolvidos em uma dada composição política. Esse ponto é sutil e merece uma análise mais cuidadosa.

O ponto de ruptura com a tradição teórica que estamos propondo aqui é, de certa forma, uma inversão entre compreensão e engajamento, ou entre entendimento e ação. Do ponto de vista da prática comunista, não existe uma teoria geral do capitalismo — ou de qualquer sistema social — que possa ser derivada de elaborações conceituais e, em seguida, mobilizada para a luta política, seja apontando seus caminhos, seja justificando a necessidade de lutar. Não é o capitalismo que precisa ser compreendido pelos comunistas, mas sim os interesses comuns que emergem dos movimentos proletários. É certamente do interesse de diversas lutas radicais analisar e compreender bem diferentes aspectos daquilo contra o qual se insurgem; contudo, isso não garante que farão o mesmo recorte do sistema capitalista, nem que o farão da mesma maneira. A matéria da teoria comunista é justamente essas diferentes formas de mapear o terreno das lutas. Isso significa que os comunistas não se preocupam em elaborar uma teoria do sistema capitalista como um todo? Claro que não. Significa, antes, que uma teoria da totalidade capitalista nunca poderá ser mais verdadeira do que a composição efetiva de organizações políticas diferentes que se unem sob a orientação comunista. Em poucas palavras: do ponto de vista comunista, nossa visão do capitalismo é determinada pela totalidade das lutas proletárias. Assim, a teoria que permitir a melhor articulação e composição entre diferentes forças proletárias pelo globo será também a melhor maneira de compreender o inimigo contra o qual lutamos.

Nesse sentido, o processo de articulação e composição de diferentes lutas é também um esforço de colagem e transformação de suas visões políticas, fruto da comparação de suas experiências e formas de análise da realidade. Quanto mais rica e diversa for essa totalidade de lutas, mais expressiva e precisa será também

sua capacidade de descrever a própria forma do capitalismo. A melhor teoria geral do capitalismo é, portanto, aquela que consegue melhor articular as forças anticapitalistas — não apenas porque essa é sua função, mas porque são precisamente as forças insurgentes contra o mundo capitalista que podem identificar com mais clareza os seus contornos e limites. É um pouco como a parábola dos cegos em torno do elefante: cada um, ao tocá-lo, percebe uma forma diferente. No entanto, no nosso caso, trata-se de articular essas percepções fragmentadas para, em conjunto, cercar e derrotar a besta.

Os requisitos que impomos a uma teoria comunista são, por isso, muito exigentes. É necessário criar um enquadramento teórico unificado capaz de lidar simultaneamente com a economia política e com a organização coletiva; mas também é necessário dar um passo atrás das análises específicas da realidade social, a fim de investigar melhor como o capitalismo se apresenta em diferentes contextos. Tudo isso para que seja possível aprender, a partir do movimento real de articulação e composição das lutas políticas, uma visão da totalidade capitalista que seja realmente concreta – e, portanto, superável.

Com tudo isso em mente, é hora de tentarmos construir as bases dessa teoria, introduzindo alguns conceitos fundamentais.